



Rua Padre Abel nº 332 – Centro – Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 – PIUMHI – MINAS GERAIS

OFÍCIO Nº123/2019

Piumhi/MG, 08 de Maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor **Vereador Antônio Astésio Tavares** DD. Presidente da Câmara Municipal de Piumhi Nesta

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, em anexo, Projeto de Lei Complementar nº 1/2019 que altera dispositivo da Lei Complementar nº 34/2013 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e econômicos a empresas que vierem a se instalar ou expandir no Município de Piumhi/MG e dá outras providências, para apreciação dessa Douta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

ADEBERTO JOSÉ DE MELO Prefeito

PROTOCOLIZADO EM
08 1 05 12019
15 00 Huras
CAMARA MUNICIPAL DE PIUMHI







Rua Padre Abel nº 332 - Centro - Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 - PIUMHI - MINAS GERAIS

### **MENSAGEM Nº\_\_\_\_/2019**

Piumhi/MG, 08 de Maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor **Vereador Antônio Astésio Tavares** DD. Presidente da Câmara Municipal de Piumhi Nesta.

Senhor Presidente,

Encaminho em anexo, minuta de Projeto de Lei Complementar que altera dispositivo da Lei Complementar nº 34/2013 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e econômicos a empresas que vierem a se instalar ou expandir no Município de Piumhi/MG e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo estimular ainda mais esses incentivos fiscais, de forma a promover o desenvolvimento econômico e social como um todo.

Todos sabem que empreender no Brasil não é uma tarefa fácil. Fazer uma empresa crescer, então, exige muita persistência e otimismo.

Contudo, para minimizar o impacto da pesada carga tributária sobre os negócios, o governo, por meio de políticas públicas de desenvolvimento da economia, oferece alguns incentivos fiscais.

A Lei Complementar n. 34 de 05 de Novembro de 2013 que "Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e econômicos a empresas que vierem a se instalar ou expandir no Município de Piumhi/MG e dá outras providências." ao estabelecer condições para o gozo dos benefícios fiscais exige que as empresas comprovem a criação de no mínimo 50 (cinquenta) empregos diretos.

Essa quantidade de empregos (50 – cinquenta) restringe em muito o investimento e o desenvolvimento econômico em nosso Município, de







Rua Padre Abel nº 332 – Centro – Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 – PIUMHI – MINAS GERAIS

forma que se assim permanecer não alcançará os objetivos propostos na legislação.

As vantagens são diversas, ao Governo, por atrair mais investimentos e, consequentemente, mais riqueza e geração de renda para região; às empresas, por proporcionarem economia financeira e possibilitarem investimentos para o crescimento do negócio; e a todos os cidadãos, que podem ter mais acesso a serviços públicos relacionados com saúde, educação, cultura e emprego.

Propõe-se que seja alterado o artigo 5º da referida Lei, para que possa incentivar, de uma maneira mais efetiva, o desenvolvimento econômico e social em nosso Município.

Assim, submeto o projeto em anexo para devida análise e posterior aprovação, acatando a indicação nº29/2019.

Valendo-me do ensejo, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares a expressão do meu melhor apreço.

Atenciosamente,

ADEBERTO JOSÉ DE MELO Prefeito





Rua Padre Abel nº 332 – Centro – Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 – PIUMHI – MINAS GERAIS

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 34 de 05 de Novembro de 2013

"Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e econômicos a empresas que vierem a se instalar ou expandir no Município de Piumhi/MG e dá outras providências".

O Povo do Município de Piumhi/MG, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° - Esta Lei estabelece políticas de incentivos econômicos e fiscais ao setor privado para implantação de atividades e ações que resultem, direta ou indiretamente, no desenvolvimento econômico, social e cultural do Município de Piumhi.

Art. 2° - Para a consecução dos objetivos e metas referidos no artigo primeiro desta Lei, poderá o Município conceder, a requerimento do interessado e, mediante prévia demonstração de interesse público, incentivos econômicos e estímulos fiscais às empresas dos setores industriais, comerciais, de prestação de serviços e agroindústrias, levando em consideração a função social, econômica e cultural decorrente da criação de empregos, renda e os reflexos diretos e indiretos destas atividades.

Art. 3° - Para fins de instalação, ampliação, modernização e reativação de atividades industriais, agroindústrias, comerciais e de prestação de serviços, considerando a função social, econômica e cultural do empreendimento, os estímulos e incentivos constituirão, isolada ou cumulativamente, na isenção tributária temporária e realização de serviços de infra-estrutura física de imóveis destinados às atividades da empresa.

Parágrafo Primeiro: Os incentivos fiscais referidos nesta lei consistem na isenção de IPTU, cujo fato gerador seja a propriedade dos imóveis destinados às atividades das empresas, pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar do exercicio financeiro em que iniciarem efetivamente a integralidade de suas atividades.

I – Se o valor do tributo, objeto da isenção, estiver nos limites fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, resguardando o equilíbrio financeiro

Certificamos para fins de cumprimento ao disposto no artigo 72 da Lei Orgânica Municipal que publiquei a(o) Lei (Omplemen Tol. N. 34/2013 no quadro de aviso do Municipio.

Plumhi, 05



Rua Padre Abel nº 332 - Centro - Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 - PIUMHI - MINAS GERAIS

orçamentário do Município, o deferimento do benefício independerá de autorização legislativa específica.

II – Se o valor do tributo, objeto da isenção, extrapolar os limites fixados pela de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que possa a vir comprometer o equilíbrio financeiro orçamentário do Município, a concessão do benefício fica condicionada a autorização legislativa especifica, obedecendo, em qualquer hipótese, às condicionantes traçadas pelo Art. 14 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo Segundo**: Os incentivos econômicos referidos nesta Lei consistem na doação de bens e serviços públicos às empresas, que destinarem, direta ou indiretamente, exclusivamente às atividades industriais, agroindústrias, comerciais e de prestação de serviços.

I – A doação de serviços de remoção de terras ou detritos ou de terraplanagem, cuja destinação final do objeto removido seja para atendimento a interesse do Município, terão suas despesas executadas através de recursos provenientes de dotação específica do orçamento Municipal.

II – Se a doação dos serviços referidos no inciso anterior resultar em atendimento exclusivo ao interesse privado, a concessão do benefício dependerá de autorização legislativa e de atendimento às normas traçadas pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

III - A doação de outros serviços ou bens dependerá de autorização legislativa específica.

Art. 4° - Poderá o Executivo fixar, por Decreto, normas específicas visando assegurar com que as empresas beneficiárias dos incentivos previstos nesta Lei se comprometam a priorizar a contratação de trabalhadores residentes no Município de Piumhi/MG, bem como dando prioridades para o consumo de produtos e serviços cujos fabricantes e prestadores sejam domiciliados no Município e, sucessivamente, na região.

Art. 5°. - Para o gozo dos beneficios previstos nesta lei as empresas beneficiárias deverão comprovar a criação de no mínimo 50 (cinquenta) empregos diretos.

I – A comprovação da criação do número mínimo de empregos referidos no caput deste artigo será feita no mês de janeiro do ano subsequente ao juicio das atividades da empresa.

1-51 1 Alv 10 tu.

Certificamos para fins de cumprimento ao disposto no artigo 72 da Lei Orgânica Municipal que publiquei a(o) <u>Lei Complemento de la 12013</u> no quadro de aviso do Municipio.

Piumhi. 05 1 11 1 2013

John)





Rua Padre Abel nº 332 - Centro - Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 - PIUMHI - MINAS GERAIS

II – A não comprovação da exigência prevista no inciso anterior, implica na revogação do benefício futuro e na cobrança administrativa ou judicial daqueles já concedidos.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piumhi/MG, 05 de Novembro de 2013

WILSON MAREGA CRAIDE PREFEITO MUNICIPAL

PRESCOLIZADO EM

OGJ. 11 12013.

LY: YORGES

CAMADA CULTICIFAL DE PIUMHI

1







Rua Padre Abel nº 332 - Centro - Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 - PIUMHI - MINAS GERAIS

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2019

**DISPOSITIVO** DA LEI ALTERA COMPLEMENTAR Nº 34/2013 OUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS **EMPRESAS QUE VIEREM A** SE OU EXPANDIR NO INSTALAR MUNICÍPIO DE PIUMHI/MG E DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** 

O Chefe do Poder Executivo do Município de Piumhi, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE PROPOR A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:** 

**Art. 1º** - Fica alterada a redação do Parágrafo Primeiro do artigo 3º da Lei Complementar 34/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3°. (...)

Parágrafo Primeiro: Os incentivos fiscais referidos nesta lei consistem na isenção de IPTU, cujo fato gerador seja a propriedade dos imóveis destinados às atividades das empresas, a contar do exercício financeiro em que iniciarem efetivamente a integralidade de suas atividades."

**Art. 2º** - Fica alterada a redação do *caput* do artigo 5º da Lei Complementar 34/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. Para o gozo dos benefícios previstos nesta lei as empresas beneficiárias deverão comprovar:

I - criação de no mínimo 50 (cinquenta) empregos diretos para receber incentivos fiscais pelo prazo de 10 (dez) anos;

II - criação de no mínimo 30 (trinta) empregos diretos para receber incentivos fiscais pelo prazo de 05(cinco) anos.







Rua Padre Abel nº 332 - Centro - Tel.: (37) 3371-9200 / Fax: (37) 3371-9221 37925-000 - PIUMHI - MINAS GERAIS

§1º - A comprovação da criação do número mínimo de empregos referidos neste artigo será feita no mês de janeiro do ano subsequente ao início das atividades da empresa.

§2º - A não comprovação da exigência prevista no inciso anterior, implica na revogação do benefício futuro e na cobrança administrativa ou judicial daqueles já concedidos."

**Art.3º -** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Piumhi, 08 de Maio de 2019.

ADEBERTO JOSÉ DE MELO
Prefeito Municipal

